

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA FAMILIAR NO SUL DE GOIÁS, 1843-1900.

Hamilton Afonso Oliveira¹

I - INTRODUÇÃO

Este texto representa parte dos resultados preliminares que venho desenvolvendo da minha tese de Doutorado que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista/ Campus de Franca e tem como objetivo, partir da análise, reflexão e interpretação de informações contidas nos inventários *post-mortem*, pretende-se compreender o processo de formação da riqueza familiar na região Sul de Goiás, que teve como principais elementos constitutivos os escravos, as terras – incluindo as benfeitorias - e o gado em uma economia de base familiar, de pouca circulação monetária, predominantemente de subsistência, com uma pequena produção voltada para o abastecimento interno e que tem a pecuária extensiva como a principal atividade econômica.

O gado gradativamente tornou-se o principal elemento gerador de capital e moeda. Esta era o elemento substancial para a movimentação da produção e da atividade comercial, em Goiás. A moeda era muito escassa e concentrada nas mãos de poucas pessoas, geralmente, detentoras das maiores fortunas, das melhores e mais bem estruturadas fazendas, dos maiores rebanhos, das principais casas comerciais e do monopólio do crédito.

Serão estudados os principais bens que constituem a riqueza de cada grupo² e suas transformações no transcorrer dos anos, identificando as características básicas da riqueza, a valorização dos bens de significativo valor no *monte-mór*, destacando-se o preço dos escravos, do gado, dos carros de bois, dos animais de tração e de tiro e a terra com suas benfeitorias. Também, estudar-se-á os novos hábitos de consumo que começaram a fazer parte do cotidiano dos goianos como: as máquinas de costura, os moinhos de moer café, os tecidos variados provenientes do Sudeste e da Europa e, o arame farpado que possibilitaram o cercamento das terras, desbravamento e delimitação das propriedades

¹ Mestre em História e Doutorando pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FRANCA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ida Lewkovicz. Atualmente é Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás/Unidade Morrinhos e do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba.

² Conforme descrito na página 04.

rurais, ampliando as áreas de pastagens e, proporcionando também maior valorização da terra e aumentando a criação de gado.

A partir do estudo e análise dos inventários *post-mortem* pretende-se investigar as transformações da riqueza, destacando os indivíduos que estavam à frente do processo de crescimento econômico pela sua particular participação e posição na sociedade. Observar-se-á, também, os menos abastados que apesar de não possuírem uma posição preponderante na sociedade, acabaram contribuindo de forma relevante na caracterização de uma estrutura sócio-econômica calcada na produção auto-suficiente de relações sociais e econômicas, fortemente marcadas pela prática do escambo diante da carência de recursos financeiros, da distância dos principais centros dinâmicos da economia brasileira, e da falta de moeda. Estes são os principais elementos que caracterizam a estrutura social e econômica do Sul de Goiás entre os anos de 1843 a 1900.

Utilizamos, dentre diversas obras de referencial teórico e metodológico, os trabalhos de Adeline Daumard³ que na França, utilizando-se dos inventários *post-mortem* procurou fazer uma análise da evolução das fortunas e das rendas da burguesia francesa de Paris entre os anos de 1820 e 1847, por meio da análise dos montantes de bens inventariados e a partilha das fortunas. Neste estudo conseguiu mostrar não apenas o enriquecimento, mas, sobretudo o crescimento da importância da burguesia na vida social e política parisiense. A pesquisa também realça a idéia de que o lugar na sociedade não se media apenas através do nível de riqueza ou da aplicação dos capitais: a influência no meio local ou no quadro nacional poderia ser mensurada também, pela ocupação de importantes cargos na administração pública ou privada, o prestígio legado de antepassados, as capacidades intelectuais e aos diplomas universitários, a participação nos gastos públicos e a aceitação de cargos gratuitos e de mandatos eletivos contribuíram igualmente para estabelecer a posição de cada um na sociedade.

Um trabalho pioneiro no Brasil foi o de Alcântara Machado⁴ que partir do estudo e análise de inventários *post-mortem* reconstituiu a vida social e econômica da cidade São Paulo, no tempo dos bandeirantes, que marcada pela escassez de moeda, levava os colonos a praticar relações de troca baseados na prática de pagamentos em espécie, como: o açúcar, as carnes de porco, as galinhas, o pano de algodão, o mel, a aguardente, a marmelada, os feijões, a farinha de guerra boa de receber. Na ausência de um produto que propiciasse o estabelecimento de relações comerciais com a metrópole, a produção

³ DAUMARD, Adeline. Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1985.

paulistana durante os séculos XVI, XVII e XVIII era voltada apenas para a economia de subsistência. Nesta estrutura econômica Alcântara Machado também notou a existência de emprestadores particulares de dinheiro que monopolizavam o crédito e desempenhavam importante papel na vida econômica do burgo paulistano.

Zélia Cardoso de Mello⁵, procurou mostrar que o café permitiu ao Brasil integrar às correntes de expansão do comércio internacional possibilitando multiplicação das trocas internas, integrando os mercados e acentuando decisivamente a divisão social do trabalho ao transformar as cidades em centros dinâmicos da economia nacional. Nesta perspectiva, procurou reconstituir a riqueza das principais famílias paulistanas mostrando suas transformações entre 1845 a 1895, período que São Paulo tornou-se o principal produtor e exportador de café do Brasil e se consolidou como centro hegemônico da economia brasileira.

Lélio de Oliveira⁶, estudou as formas e os níveis de riqueza dos proprietários de Franca no século XIX, comparando dois períodos: 1882/1830 e 1875/1880. Trabalhando com duas amostragens de inventários *post-mortem* referentes a estes períodos fez uma análise comparativa com o objetivo de perceber as transformações na composição da riqueza dos proprietários mostrando também, como esta riqueza encontrava-se distribuída e uma caracterização geral dos preços dos bens que compunham o monte-mór dos inventariados de Franca nos dois períodos de estudo. Comparando os dois períodos Oliveira chegou às seguintes conclusões:

“Comparando os dois períodos percebeu-se uma redução expressiva das dívidas passivas e um crescimento das dívidas ativas; decréscimo considerável na porcentagem de proprietários que contraíam dívidas ativas ou passivas; crescimento do número de comerciantes que adquiriam dívidas ativas com valores mais expressivos; permaneceu estável a porcentagem de proprietários que contraíam dívidas passivas relacionados aos maiores valores; as dívidas passivas e ativas do primeiro período, originaram de pequenos negócios como a compra de poucos animais, cessão de escravos para prestação de serviços sendo em grande parte transações realizadas entre familiares; no segundo período, os empréstimos em dinheiro passam a predominar a realização de dívidas; as doações *pos-mortem* para as irmandades religiosas são muito comuns no primeiro período, estas desaparecem praticamente dos inventários do segundo período⁷.”

⁴ ALCÂNTARA MACHADO, J. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1930.

⁵ CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria *Metamorfose da riqueza São Paulo, 1845-1895*. 2.ª Ed. Hucitec : São Paulo, 1990.

⁶ OLIVEIRA, Lélio Luis de. *Economia e História de Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

⁷ Ibid. OLIVEIRA, pp. 137-138.

Oliveira ainda conclui que havia em Franca uma predominância do setor mercantil na importância da riqueza declarada durante os períodos analisados. Franca por ser favorecida pela sua posição geográfica, localizada na estrada de Goiás, era um importante entreposto comercial e local de parada obrigatória de carreiros, tropeiros e negociantes que mantinham relações econômicas e comerciais em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

Muriel Nazzari trabalhou com uma amostragem de 294 inventários *post-mortem* de São Paulo desenvolveu um estudo detalhado a respeito do dote procurando também identificar as causas que levaram ao seu desaparecimento na sociedade paulistana na segunda metade do século XIX. A partir da hipótese de que a instituição do dote estava entre os muitos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, procurou mostrar que o seu desaparecimento estava relacionado às mudanças na sociedade, na família e casamento à medida que se desenvolveu um novo conceito de propriedade privada, a família deixou de ser lócus da produção e do consumo, para se tornar ao mesmo tempo, família e empresa que passaram a ser formalmente separadas. Essas transformações provocaram o enfraquecimento do poder patriarcal sobre os filhos e, os casamentos arranjados foram dando lugar aos casamentos livremente escolhidos pelos noivos. Nazzari mostrou que estas mudanças nas relações familiares acabaram resultando gradativamente no desaparecimento do dote.

Portanto, o estudo da riqueza nos permite compreender a estrutura econômica, política, social e cultural de uma determinada sociedade. Acreditamos que a partir do estudo dos inventários será possível obter informações sobre os bens dos indivíduos, podendo se identificar o padrão de vida, riqueza e como esta era acumulada, fragmentada e pulverizada no suceder das gerações. É com esta documentação que, procurar-se-á compreender os principais aspectos que caracterizam a sociedade da região Sul de Goiás da segunda metade do século XIX e começo do século XX.

Os inventários *post-mortem* contêm várias informações sobre a vida da população e, estudá-los significa conhecer vários aspectos da vida cotidiana como, por exemplo: o local de moradia - se era uma casa assoalhada coberta de telhas ou casa de madeira roliça coberta de capim - e, as benfeitorias do sítio, a mobília, utensílios do lar, ferramentas, vestuário, etc., a quantidade de animais e escravos que possuíam, as propriedades rurais ou urbanas. Verificam-se também as dívidas passivas e ativas e ainda a lista de credores e devedores, os primeiros quando no ato da execução do inventário, requeriam os bens do inventariado para o pagamento de dívidas contraídas em vida em detrimento de seus herdeiros que às vezes viam-se obrigadas a abdicar do direito à herança em favor dos credores.

II – A OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DA REGIÃO SUL DE GOIÁS

A região Sul de Goiás compreendia entre os anos de 1840-1900 o território de que atualmente fazem parte as cidades de: Santa Cruz, Morrinhos, Piracanjuba, Itumbiara, Caldas Novas, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Pontalina, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis e Bom Jesus. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX. O povoamento do Sul de Goiás estava relacionado com a diminuição da produção aurífera e, com a expansão da pecuária, que passou a ser o suporte econômico do povoamento de Goiás e Mato Grosso.

O povoamento e a ocupação do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, que até 1816 também fazia parte do território da Província de Goiás, se deram em um mesmo processo histórico. A intensificação da ocupação do Triângulo Mineiro ocorreu por volta do início do século XIX, quando em 1809, governador da Província de Goiás Marquês de São João da Palma, mandou organizar algumas bandeiras de exploração e reconhecimento daquele sertão ainda pouco conhecido. O governador nomeou para a empreitada, segundo o memorialista Borges Sampaio, “o Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, Regente dos Sertões da Farinha Podre, que juntamente com outros geralistas empreendeu três bandeiras àquele sertão”.(SAMPAIO, 1971:123)

Segundo Sampaio após a terceira incursão pelos Sertões da Farinha Podre, notícias otimistas como a abundância de terras devolutas férteis, propícias à agricultura e criação de gado começaram a atrair outros mineiros para a região, que foram se estabelecendo e requerendo posses na região. Neste período muitas cartas de sesmarias foram concedidas no território da Farinha Podre pelos Governadores da Província de Goiás até 1816, época em que a região foi anexada à Província de Minas Gerais. Em 1840 já existiam no Sertão da Farinha Podre as Paróquias de Uberaba, Carmo de Morrinhos e Dores do Campo do Formoso; também os curatos de Monte Alegre, Tijuco, Patrocínio, Araxá e Desemboque são anteriores a 1807.(SAMPAIO, 1971).

Foi neste contexto histórico que teve início a ocupação e povoamento do de Morrinhos, foco de nosso estudo, que segundo o trabalho da memorialista local Zilda Diniz Fontes, - que é uma importante referência aos historiadores goianos que pesquisam a região – ocorreu por volta da década de 1820, quando Antônio Correia Bueno e seus irmãos, descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva, originários de Patrocínio, Minas Gerais, chegaram a Santa Cruz de Goiás instalando-se a trinta léguas para o Sudoeste

dando início ao povoado de denominação Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos (FONTES, 1980 p.20).

Nossas pesquisas preliminares colocam dúvida em relação ao mito fundador do município. De fato, provavelmente a ocupação e povoamento de Morrinhos e do Sul de Goiás teriam ocorrido por volta de 1820, mas, o seu fundador não poderia ter sido Antônio Correia Bueno, pois, este quando se casou em 26 de maio de 1847 tinha apenas 19 anos⁸, portanto, em 1820, ele teria apenas pouco mais de 02 anos de idade.

Diferentemente dos povoados mineratórios em que os núcleos urbanos acabaram crescendo em torno das minas, a freguesias e vilas originadas com a expansão agropecuária, surgiam após a ocupação da zona rural seguindo o modelo de reconhecimento de posse conhecido como patrimônio. Depois de constituídas as fazendas de criar e os sítios, os principais fazendeiros da localidade reuniam-se e fundavam o patrimônio a partir da doação de uma parte de terras a um santo ou santa padroeira. Em torno das capelas e patrimônios surgiram no Sul Goiás vários arraiais que, posteriormente tornava-se vilas e cidades, como por exemplo, Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos (Morrinhos), Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Santa Rita do Pontal (Pontalina), São Sebastião das Bananeiras (Goiatuba), Dores do Rio Verde (Rio Verde), etc.

O Arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos foi fundado em 1845 a partir da doação de cerca de 600 alqueires de terra ao patrimônio à santa pelo capitão Gaspar Martins da Veiga. Com a resolução n.º 02, de 15 de dezembro de 1855, o arraial foi elevado à condição de vila, passando denominar-se Vila Bella do Paranaíba, condição que foi revogada em 1859 e foi restabelecida somente em 1871, pela Lei n.º 63, de 19 de novembro de 1859 e, passou a se chamar Vila Bella de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos. Por fim, em 1882, foi elevada à categoria de cidade mantendo apenas a denominação de Morrinhos.

Como já havíamos comentado anteriormente, praticamente ainda não existem estudos detalhados sobre os principais fluxos migratórios que contribuíram para o povoamento e ocupação de Goiás, por um lado, por falta de fontes, neste caso as listas nominativas seriam substanciais e, por outro, pela carência de pesquisas regionalizadas, pois, uma análise mais detalhada de documentação eclesiástica e cartorial como os inventários, testamentos, registros de casamentos, batismos e de óbito, processos crimes e outros podem resultar em dados estimativos de relevante importância para o

⁸ Morrinhos. Escritania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida, processo de apelação civil n. 4243, pasta n.46

esclarecimento das principais correntes migratórias que adentraram as fronteiras goianas desde os primórdios do século XVIII, quando teve início a ocupação efetiva das terras que correspondem ao atual Estado de Goiás.

De forma muito empírica e superficial, a partir do manuseio das fontes documentais que temos utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, a região Sul de Goiás foi ocupada e povoada no decorrer do século XIX praticamente por mineiros oriundos principalmente das localidades de Patrocínio, São Francisco das Chagas, Sacramento, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Formiga, Pitangui, Tamanduá e Araxá.

Partindo deste pressuposto a migração mineira para o Sul de Goiás não era oriunda de centros mineradores, ao contrário, como sucedeu no processo de migração e ocupação mineira na região do Oeste Paulista analisados por Lucila Brioschi e Chiachiri Filho, os migrantes mineiros eram em sua grande maioria de procedência de regiões onde prevaleciam atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno centradas na produção de alimentos e criação de gado. A crise da produção aurífera, não provocou a expulsão dos mineradores para regiões pouco povoadas e abundantes em terras ainda inexploradas e, distantes dos principais centros econômicos e políticos do país, mas sim, o afastamento dos pequenos produtores, em sua maioria composta de lavradores e criadores, responsáveis pelo abastecimento interno. “A instalação dos grandes proprietários foi quase sempre posterior à chegada das famílias de poucas posses, que na verdade compunham o grosso da frente pioneira⁹, exploratória daquela região pouco explorada.”(BRIOSCHI, 1991:41)

A região entre os anos de 1872 e 1900, em escala local, apresentou grande dinamismo demográfico, conforme os dados consignados na tabela I:

TABELA I - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS – 1872-1900

UNIDADE	1872	1890	INCREMENTO %	1900	INCREMENTO %
----------------	-------------	-------------	---------------------	-------------	---------------------

⁹ Segundo Souza Martins “a frente pioneira representa a incorporação de novas regiões à economia de mercado; ela se apresenta, também como fronteira econômica, isto é, como limite de avanço da dominação capitalista e sua característica é a instauração de empreendimentos econômicos, como “empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc.; loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio.” MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975. p. 45.

Goiás	160.395	227.572	41,8	255.284	12,4
Sul de Goiás	87.588	129.708	48,0	146.570*	13,0
Centro-Norte	72.807	97.864	34,4	108.714**	11,0

Fonte: dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1900.(FRANÇA, 1975. *Op. Cit.* p.89.)

* Estimativa ** Estimativa

De acordo com os estudos de França, 54% da população da Província de Goiás na década de 1870, já se concentrava na região Sul de Goiás, em 1890, esta cifra elevou-se 56,2%. No segundo período intercensitário, estimava-se que a população da região Sul havia crescido aproximadamente 13,0%. Entre os anos de 1870 e 1900 ocorreu maior crescimento demográfico na região Sul, período que marcado pela intensificação da migração, procedente de São Paulo e, sobretudo de Minas Gerais, o que conseqüentemente provocou um crescimento demográfico muito significativo dos municípios de “Morrinhos (207,3%), Pouso Alto (atual Piracanjuba) (201,6%), Curralinho (atual Itaberaí) (85,1%), Rio Verde com (72,4%), Entre Rios (atual Ipameri) (66,2%), Jataí (62,5%) e Jaraguá (53,3%)”. (FRANÇA, 1975:89), conforme se apresenta na Tabela II.

TABELA II - O CRESCIMENTO E A DENSIDADE DA POPULAÇÃO DO SUL DE GOIÁS – 1870/1890.

MUNICÍPIOS	POP./1872	DENS. DEMOGRÁFICA	POP./1890	DENS. DEMOGRÁFICA
Bomfim	10.086	1,15	12.053	1,38
Catalão	10.502	1,37	11.243	1,47
Entre-Rios	4.808	0,65	7.984	1,37
Goiás (Capital)	19.159	0,36	17.181	0,44
Jaraguá	4.638	0,57	7.129	0,86
Piracanjuba ¹	1.510	0,30	4.552	0,91
Pirenópolis ²	14.203	1,09	11.499	1,37
Santa Cruz	6.152	0,91	7.231	1,69
Morrinhos ³	4.505	0,26	13.866	0,71
Santa Luzia	6.503	0,40	7.605	0,46
Rio Bonito	1.397	0,07	1.572	0,08
Rio Verde	4.125	0,06	5.321	0,26
Jataí	-	-	2.946	0,07
Curralinho ⁴	-	-	10.530	0,74
Corumbá	-	-	8.996	1,98

Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1900.(FRANÇA, 1975. *Op. Cit.* p.90)

Dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Fundação IBGE, 1958, utilizados para a reconstituição das áreas municipais.

1. Denominação nova do município de Pouso Alto.

2. Denominação que substitui a de Meia Ponte, antigo nome do município.